

# AÇÃO PLURAL, SINGULARIDADE E PODER EM HANNAH ARENDT

ACTION PLURAL, SINGULARITY AND POWER IN HANNAH ARENDT

Rogério Luis da Rocha Seixas\*

---

**RESUMO:** Para Hannah Arendt a dimensão da ação plural política é indubitavelmente a que mais humaniza o ser do homem. Ação que promove a liberdade dos homens enquanto inserida na pluralidade, os tornando aptos a revelarem suas singularidades e ainda em concerto, determinarem o verdadeiro poder político, essencial para constituição e preservação da esfera pública contra a prática da violência. A desobediência civil é destacada como um modo de ação plural que reforça a condição política, tanto institucional quanto cidadã. Nosso texto tem como objetivo, expor estes pontos essenciais da reflexão política de Arendt e os relacionar com as questões do reconhecimento da singularidade no espaço público e a necessidade de se valorizar a participação política direta dos indivíduos em nossa atualidade de apatia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ação Plural. Desobediência Civil. Poder. Singularidade.

**ABSTRACT:** To Hannah Arendt the politics plurality actions, is the principal dimension of human being. Action that promote men's freedom, while inserts in the plurality, is essential to reveal yours singularity and to determine the true politics power, vital for constitution and preservation of public sphere, opposed of the violence act, as politics instrumental. The civil defiance is important as way as the plural action that strength the political condition, as much institutional as all that citizens. The aim of our text is to show the essentials points of Arendt's political reflexion and the relation with the questions of singularity recognition in the public sphere and necessity to valorize the political direct participation of the individuals in our apathy present time.

**KEY WORDS:** Plural Action . Civil Defiance. Power. Singularity.

---

## Introdução

Não será nenhuma novidade afirmar que trafegamos pelo século XXI, nos defrontando com questões que ressaltam a importância sobre a reflexão filosófica política. Testemunhamos a crescente apatia na participação política direta, onde nos limitamos a entregar nosso destino aos políticos profissionais, eleitos para nos representar, isto é, agir em prol da coisa pública e não da particular, como em muitos casos acontece. Ao mesmo tempo,

---

\* Doutorando em Filosofia-UFRJ Contato: rlseixas@oi.com.br

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

nossa sociedade mundial, mais e mais consumista e, por conseguinte, necessitada em produzir mais para assim aumentar o consumo, parece assujeitada a um tipo de racionalidade política, embasada totalmente em decisões tecnicistas e administrativas, seguindo a cartilha do economicismo de modo fiel. As vidas das populações são agenciadas de maneira a terem suas necessidades vitais saciadas, trancando os indivíduos em suas esferas privadas, intensificando o individualismo. A corrosão do âmbito da política enquanto ação para promover a liberdade recrudesce. Os discursos com relação à proteção e cumprimento dos direitos humanos, tão propalados como objetivos primordiais de qualquer estrutura política identificada como minimamente democrática, demonstram-se falaciosos, com o avanço cada vez mais intenso da intolerância. Onde localizamos as raízes destes e outros problemas? Desde sua origem, o projeto político moderno, sempre se definiu como uma instituição do Estado do direito, objetivando eliminar e inibir qualquer tipo de autoritarismo, buscando afirmar a liberdade humana. Um projeto democrático que objetivou caminhar na direção da formulação de constituições e instituições, com a função de promoverem a liberdade e o bem máximo para todos. De fato devemos reconhecer que a contribuição política da modernidade foi marcada pela revolução democrática. Porém, na crítica que faz à modernidade, Hannah Arendt aponta os efeitos causados pela quase eliminação total da ação política, como um agir compartilhado entre os homens, sendo este fator uma das condições históricas que explica o surgimento dos regimes totalitários no século XX, caracterizados pela total supressão da liberdade individual e coletiva na esfera política. Como destaca a autora:

O fenômeno dos regimes totalitários, o crescimento da desigualdade e injustiça social, a distensão entre ética e política, a promoção da burocratização da vida humana pelo Estado e o esvaziamento do próprio discurso político, são fatores que demonstram a crise que o paradigma da política atravessa.<sup>1</sup>

A partir deste panorama, agrava-se o problema com relação à política, devido a crescente perversão de sua racionalidade, falseamento de discurso e principalmente, quanto a sua prática. Racionalidade política que se caracteriza pela utilização intensa e comum no uso da violência, como instrumento de prática política, em diferentes modalidades do corpo social. Não nos referimos aqui a sistemas despóticos ou totalitários, mas condição presente nas assim denominadas “sociedades democráticas liberais modernas”. Instala-se a intolerância para com

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997, p. 146.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

o “estranho”, o “estrangeiro”. Não ocorre a aceitação fácil do “outro”, do “diferente”. Nesta condição, os discursos de ovacionamento da democracia e das liberdades dos direitos individuais e a sua preservação, tornam-se inócuos e até mesmo cínicos. A guerra contra o terrorismo impulsiona práticas totalitárias, tudo em nome da segurança total, instalando-se um abuso na força e repressão aos direitos individuais. A participação coletiva direta torna-se indesejada e muito freqüentemente dirimida, pois passa a ser interpretada como ameaça as estruturas políticas de uma determinada sociedade. Deste modo, torna-se difícil rebater a idéia de que a cidadania não passe de um modo de legitimar os Governos por meio dos pleitos e, por tanto, não haja uma influência direta do assim denominado cidadão na ação política. Assim sendo, como se reconhecido como ator político, constituído de direitos e deveres? Como não evitar o emprego da violência, confundida como símbolo de poder, contra aqueles que não são considerados passíveis de direitos? Sem dúvida temos o perfil das despolitizações de nossas sociedades. A massificação por conta do consumo desenfreado devido a uma forte influência do economicismo, inseparável das decisões e ações de governo. Aliás, em nossa atualidade, somos mais valorizados como consumidores do que cidadãos ou talvez, consumir muito seja o critério para ser reconhecido como possuidor de algum tipo de cidadania. Ao massificar-se, torna-se mais fácil romper com a capacidade humana de discernir, essencial para se estabelecer algum tipo de comunicação entre os homens para assim, agirem politicamente. O reconhecimento das singularidades é essencial para que cada indivíduo apareça enquanto participante da ação política e construam a esfera pública. Mas o que nos faz agir politicamente? Como e se possível for, onde estabelecer uma esfera pública?

Neste aspecto, Arendt desenvolve uma reflexão política de peso fenomenológico, ao privilegiar a aparição dos homens como seres singulares, no mundo humano, onde tudo aquilo que constroem o fazem buscando conciliar sua existência com o espaço comum onde interagem e se comunicam. A autora objetiva recuperar a dimensão existencial, contrapondo-se à perspectiva da tradição que a partir de Platão, determina uma perspectiva contemplativa, onde a política passa a ser pensada como universal e absoluta. Utilizando-se do conceito *Vita Activa*, a pensadora tematiza as três dimensões fundamentais que constituem a gênese da sua antropologia filosófica sobre a atividade humana: o trabalho, o labor e a ação, distinguindo condição de natureza humana.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

## Pluralidade e a ação

A expressão *Vita Activa* indica segundo a autora uma direta oposição à vida contemplativa, indicando as atribuições da vida ativa na esfera pública, principalmente a ação política, sem deixar de levar em conta as outras atividades existenciais para preservação da vida e do mundo. Arendt quer demonstrar que a tradição política ao se debruçar excessivamente sobre a busca de um fundamento geral e absoluto a partir da *physis* do ser, determinou uma ontologização de todas as atividades humanas, inclusive a política, onde a contemplação e não a ação se sobressaiu. Eliminou-se assim a autonomia das diversas esferas da existência do modo de ser do homem, amalgamando metafisicamente de uma maneira generalizada o pensar e o agir. Este é um ponto relevante: o pensamento e a ação são diferentes. O pensar que se limita à teoria não é da prática da política que requer decisão pública e a participação de muitas vozes. O pensar isolado concebendo uma teoria para fundamentar a *práxis* política apresenta limitações, não podendo tomar o campo da decisão. O mero contemplar sobre a teoria ideal e absoluta de uma filosofia política não pode determinar a ação prática. Essa postura está presente na politização da idéias por Platão, no retorno do filósofo na *República* e que se transformou em paradigma para a política, com o intuito de fundamentá-la em seu sentido prático.

Arendt formula uma contraposição entre **natureza humana** e **condição humana**. A primeira se atém aos componentes existenciais de qualquer vida humana como nascer, morrer e viver, sendo utilizada como conceito central para se pensar a atividade dos homens pela perspectiva contemplativa, reduzindo a ação ao patamar de um comportamento adequado ao modelo ontologizado contemplado. A condição humana por sua vez não pode ser condicionada de modo absoluto porque a condição de existência humana como a vida, a mortalidade e a natalidade, a mundanidade e a pluralidade, não podem explicar meramente o que somos, porque pensamos e criamos, nos tornando assim imprevisíveis quando agimos. Esta imprevisibilidade está situada diretamente com a ação. Usando deste artifício, Arendt evidencia sua crítica a filosofia política tradicional, que ao levar em conta apenas à naturalização das essências tanto para os homens como para os objetos, produziu uma indiferenciação que conduz ao tratamento de tudo, inclusive do homem, como coisa, não se reconhecendo os indivíduos em suas diferenciações. Deve-se destacar como correto que o termo condição não é interpretado como um contexto determinista, mas sim como o conjunto de circunstâncias a partir das quais a existência da *Vita Activa*, retira a noção puramente

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

essencialista determinada pela tradição. Quanto às caracterizações das dimensões propriamente ditas, o trabalho é necessário à sobrevivência biológica e efetiva-se na atividade do *animal laborans*, o qual a partir de um estágio primitivo de existência vivia isolado dos outros seres humanos regendo-se apenas pelos ditames fisiológicos da vida animal, por estar aprisionado às necessidades biológicas, trabalhando para sua subsistência. Tudo o que produz precisa ser rapidamente consumido ou se perderá na natureza, pois sua durabilidade é limitada à necessidade de consumo do homem. Então, quanto mais se consome, mas se precisa consumir e vice e versa, constituindo o ciclo consumo-produção. O *homo faber* se relaciona à fabricação, sendo capaz de produzir objetos duráveis (técnicas) partilhando o seu saber de fabrico com outros homens. Ele segue um projeto específico e definido que termina quando o resultado final é obtido. A ação é a característica matricial da vida humana em sociedade. Os homens agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida política, caracterizando sua condição de *zoon politikon*. A ação é a única característica da essência humana que depende exclusivamente da contínua presença dos homens compartilhando o mundo uns com os outros. Não o “homem que existe neste mundo, mas sim os “homens” agindo sempre em coletivo. Claro que ao realizar esta distinção, seria impossível para Arendt admitir a não interação e a incompletude entre estas dimensões do agir humano. Até mesmo porque se trata de um fenômeno interativo quanto à existência dos homens no mundo em comum. O que Arendt pretende é tentar desfazer a homogeneização entre estas atividades e a supervalorização do labor e da fabricação em detrimento da ação. A filósofa separa estas atividades humanas em duas esferas: o trabalho e a produção se enquadram no domínio da **esfera privada** e, portanto das necessidades, enquanto a ação está exclusivamente no plano da **esfera pública**, manifestando-se como manutenção de nossa condição humana. Aliás, o privado é o reino da necessidade, onde o indivíduo se isola para o interior de seus interesses e necessidades particulares. O público é o reino da liberdade e da atividade política, destacando-se pelo relacionar dos sujeitos entre si, comungando de interesses e ações coletivas, onde os interesses privados não se sobressaem sobre os públicos. A separação entre esfera pública e privada é muito clara, fato que não condiz com a atualidade, onde o público se insere mais na esfera do privado e como o interesse do privado, faz uso do público para satisfazer suas necessidades. Mas a ação política é uma atividade básica da existência humana. Expressando-se como a dimensão especificamente mais humana, possibilitando aos homens se relacionarem. Este tipo de ação não apresenta uma rotina de comportamento e, para se

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

efetivar, requer uma iniciativa pessoal, o que impede de se poder prevê-la antes que se inicie. Configura-se como uma atividade discursiva mediada pela linguagem da pluralidade de opiniões no confronto político e efetivada através do discurso, se instalando assim a esfera pública, notoriamente de caráter político.

Partindo desta esta noção de condição humana, Hannah Arendt pretende desarticular homogeneização das categorias do labor, trabalho e ação, retirando a *práxis* da ação do mero campo da necessidade da natureza humana como o labor e o trabalho. Segundo a autora, esta homogeneização é responsável, pelo ofuscamento da noção de esfera pública, onde os homens visam o reconhecimento e a imortalização dos seus nomes e feitos como seres não naturais, mas como existenciais, satisfazendo este desejo pela ação e em conjunto. Desta forma não nos parece equivocado eleger a dimensão da ação como a característica matricial da vida humana em sociedade, onde os homens agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida política, apresentando-se assim como característica da essência humana, dependendo exclusivamente da contínua presença de outros homens. Na realidade é uma atividade discursiva mediada pela linguagem da pluralidade de opiniões no confronto político e efetivada através do discurso. A evolução da sociedade, a assimilação da ação pelo social privado, o uniformismo das atividades humanas e o conseqüente conformismo, demonstram bem até que ponto se perde a distinção entre a *polis* (esfera pública) e o *oikos/idion* (esfera privada). Também em *A condição humana*, a autora objetiva definir sua teoria sobre a ação, expondo as particularidades da condição humana, onde a ação política está vinculada à pluralidade, ou seja, ao fato de que homens e não apenas o homem habitarem o mundo. Cabe então observar que toda ação implica sempre na presença dos outros, sendo realizada sempre em comum. A ação se caracteriza como uma atividade básica da existência humana, possibilitando ao homem se relacionar com os outros e se inserir na teia de narrativas que enreda os feitos humanos<sup>2</sup>. De fato, o termo pluralidade se configura como a suma expressão e significação política da ação. Este termo é utilizado para se contrapor à posição contemplativa, afirmando e resgatando a noção de cidadania no seu sentido mais ativo, como fator fundamental para constituição da comunidade política.

Um outro ponto importante referente à pluralidade é o fato da dignidade humana poder ser expressa pela existência da realidade dialógica, e para que esta possa ser efetivada, é necessário um nível de entendimento preliminar sobre as razões públicas que motiva as ações.

<sup>2</sup> Esta é a forma como Arendt descreve a pluralidade: a presença dos homens em plural no espaço público.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

Outra característica importante da pluralidade se remete a sua dimensão em que se conjuga uma ampla diferenciação e um igualitarismo radical entre os indivíduos. Significa afirmar que os homens são iguais na medida e na condição de membros da mesma espécie animal e que habitam e compartilham o mesmo mundo. Todos os homens são os mesmos ao aparecerem no mundo por ocasião do nascimento, ou seja, são pertencentes à espécie humana. A propriedade essencial que detém se relaciona com a possibilidade de se comunicarem e assim se fazerem entender entre si. Entretanto, nenhum homem é idêntico um ao outro. Significa dizer que nenhum homem é exatamente igual a outro existente ou que já existiu, ou que poderá vir a existir. São diferentes pelo fato de terem a capacidade de se comunicarem sobre si próprios, de tornarem-se **singulares**. Interessante esta descrição da noção de pluralidade, pois de um lado se opõe às pretensões unicistas, que se embasam como fundamento único, avesso a um agregarismo igualitário absoluto e consensual. Por outro, não deixa de destacar a importância de estabelecer a convivência igualitária entre os homens como bases dos organismos políticos e como campo apropriado a singularização. Critica-se a idéia essencialista de realidade e de um interesse único que prescinde da aparição e do intercâmbio de visões variadas, o que geraria uma única perspectiva, na qual a participação e presença do outro é eliminado. A pluralidade denota que esta garantia da realidade vem diretamente da ação em comum do eu singular com o outro também singular e não de uma esfera externa às relações humanas. Tanto o discurso quanto à ação seriam dispensáveis se os homens não apresentassem alguma diferença. Entretanto, se não apresentassem algo em comum, não poderiam se comunicar e conviver.

### Ação e singularidade

A distinção entre ação e discurso as indica como marcas do agir político, revelando assim um ponto crucial da pluralidade humana. O discurso é particularmente importante para revelação do agente da ação, quando este delega o consentimento necessário para as realizações coletivas, enquanto a ação está diretamente ligada à questão da natalidade, do novo começo. A ação, como expressão da liberdade, só é experimentada pelos homens na vida política. Através do discurso e da ação, o homem pode distinguir-se dos outros, pois são atividades que dependem da iniciativa própria de cada indivíduo. A ação é como uma marca do agente, a atividade que mais plenamente caracteriza o homem; sem ela deixa de ser humano. Se a esfera pública é o lugar da confluência da palavra e do agir humano em direção

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

ao senso comum, é por conta disto, o lugar donde os homens revelam a sua singularidade. A condição de sujeito participativo permite ao homem se revelar, o que o torna singular, e isso o leva a inserir-se no mundo com os outros homens. A revelação da singularidade através do discurso e da construção de um novo início por meio da ação política, incide sobre uma teia de relações humanas existente. Essa novidade requer um espaço público donde possa se efetivar e revelar a singularidade, apenas no convívio plural dos homens. Um dos pontos fundamentais do pensamento de Arendt é o fato dos homens, enquanto tais, serem indivíduos únicos, capazes de uma ação original<sup>3</sup>. Tratando-se do mundo dos homens, porém, a ação é a única atividade que pode assegurar continuidade justamente porque ela engendra originalidade. A ação é a expressão da liberdade que os homens experimentam no mundo público. Possibilita a movimentação dialógica entre os agentes na direção de acordos e de consentimentos. Deste modo o que pode se verificar na esfera arendtiana é uma acentuada capacidade dialógica que permite aos homens estabelecerem acordos e negociarem acerca do interesse público.

Através do discurso e da ação, os homens podem distinguir-se uns dos outros, pois são atividades que dependem da iniciativa própria de cada indivíduo. Um dos pontos de maior crítica de Arendt contra a filosofia política tradicional é a visada contemplativa que segundo a autora, ao inviabilizar a revelação da singularidade, legitimou a coerção e a violência totalitária, descartando o valor dos homens enquanto singularidades. A pluralidade é condição *sine quanon* para constituição da esfera pública. É descrita como a base da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir. Não que a pluralidade esteja ausente nas outras duas dimensões de atividade humana, como o *labor* (necessidade) e o *trabalho* (utilidade), mas é na *ação* (liberdade) que pode se apresentar o estado puro de singularidade, expressa através do discurso e da ação, destacando-se como o conteúdo da pluralidade humana. A manifestação desse conteúdo revela que a pluralidade é a "paradoxal pluralidade de seres singulares". Singularizar-se, tornar-se "um", é aparecer com atos e palavras revelando sua identidade, em contraposição a uma mera existência corpórea, bastante usual no sentido mais comum de alteridade, que a autora rejeita, onde cada homem pode ser percebido simplesmente como um outro. Interessante esta distinção entre alteridade e singularidade: o mesmo só pode ser reconhecido enquanto em relação com outros que são

<sup>3</sup>Esta é a noção expressa de **uniquenesses** (singularidade) que marca o modo como o indivíduo aparece no mundo e por consequência, no espaço público para os outros indivíduos.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

singulares e não apenas outros que se expressam com maior intensidade na sua relação com outros. Ressaltamos uma relação direta entre a alteridade e a singularidade. Esta estrutura de existência rejeita totalmente a base de uma metafísica imutável e absoluta, evitando que a essencialidade do sujeito solipsista, seja uma característica preponderante e também não aceitando a mera alteridade de se distinguir o um como apenas ser um outro. A questão central do indivíduo é a do seu reconhecimento buscando criar condições de emergir como ser singular, com vida própria a realizar. No lugar de um mero resultado, um “o que”, como estamos acostumados a experimentar na avaliação dos planos de ação de governos, a ação política revela um “quem” que se quer revelar e ser reconhecido como pessoa. No entanto só em concerto com outros este reconhecimento pode ser atingido. Criam-se assim possibilidades de resistência opondo-se aos diversos e diferentes modos de assujeitamento e por consequência, contra as práticas de violência, massificação e obstrução de seu reconhecimento enquanto ser único e permitindo ao mesmo tempo, que a ação política em seu caráter plural seja mantida e exercida. A singularidade procurada é somente compreensível em uma dimensão intersubjetiva, no espaço público. Somente na relação com os indivíduos livres por meio da ação e do discurso é possível para o sujeito se diferenciar, mostrar seu valor e poder reconhecer-se na alteridade.

### **Poder na esfera pública**

Em *O que é política?* Com relação à modernidade, a filósofa aponta que o poder sempre foi colocado como uma questão no sentido político no “âmbito da força, cujo *telos* inevitavelmente se radicaliza na violência. Esta confusão produziu a ilusão de que força e poder seriam a mesma coisa”<sup>4</sup>. A concepção de poder arendtiano não está de modo algum associada a uma relação de domínio pela violência, mas denota sim um poder compartilhado por homens livres e que podem se tornar iguais quando mantêm uma ação em comum, quando exercem suas condições de cidadania no espaço público. A legitimidade do poder político resulta da ação em conjunto, embasada na comunicação, discussão e na resolução das questões comuns, sempre realizadas com liberdade. Ele não se justifica pela satisfação de necessidades privadas, pois não trata do labor, muito menos do equacionamento entre os meios e os fins como o trabalho. Não há geração de poder quando os cidadãos estão isolados em suas esferas privadas.

<sup>4</sup> Hannah Arendt. *O que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2002, p. 45.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

Podemos perceber que a postulação desta concepção de poder se afasta da concepção de exercício de poder enquanto opressão e coerção, exaltando sim a aptidão humana para viver na pluralidade. Sua geração depende da correlação direta entre a pluralidade e o mundo comum, tornando a ação política plural possível a partir da liberdade e da igualdade acessíveis a todos os cidadãos. Este poder denominado de originário se fixa como a base necessária de todas as instituições políticas que representam a manutenção da liberdade política. O dilema a ser enfrentado refere-se à detenção coletiva deste poder se apresentando como frágil, estando sob ameaça permanente de dissolução, se a força se fizer presente como forma de representação de um assim denominado poder, se apresentando em nome do coletivo. Assim a violência pode se tornar prática comum e legitimada; determinando a instantânea e perfeita sujeição dos indivíduos e eliminação da esfera pública. O que nunca pode brotar daí é o verdadeiro poder. Temos em realidade a força e a coerção.

Ao contrário da interpretação tradicional, o poder coletivo se encontra diretamente com a da esfera pública, onde esta não é simplesmente um local de discussão informal ou mesmo formal, mas o centro gerador de opiniões e entendimentos transformados em poder comunicativo, capaz de decidir e de direcionar as instituições e os atos do governo. O poder no plural surge em meio à negociação dos diversos interesses e ganha forma com a ação conjunta dos sujeitos coletivos. Não é propriedade de um indivíduo ou não deve se limitar a decisões de técnicos e agentes de gabinete ou partidos políticos, coordenados por políticos profissionais, reduzindo em muito a participação dos cidadãos. Quando a participação no espaço público exige apenas uma aceitação prévia, pela posse de algum saber ou interesse particular, perde-se o sentido original da política e o poder, pode ser confundido com as práticas de força e coerção, instrumentalizando a violência como prática política e assim, destruindo a possibilidade da constituição de espaço público. O emprego da violência ameaça a estrutura e manutenção deste conjunto de pessoas que deu origem ao poder. Como foi destacado, o poder exercido coletivamente, na concepção arendtiana, é vital para a manutenção da união da coletividade, e que desaparece quando esta se esfacela. Deve-se ressaltar, entretanto que esta constituição de poder, não pode ser confundida com um contrato, semelhante às concepções contratualistas tradicionais, profundamente rejeitadas pela autora.

O que podemos detectar nessa preocupação da necessidade de um poder compartilhado é a tentativa de se evitar as tentações totalitárias. Na esfera pública os homens exercem sua liberdade e espontaneamente, se apresentam como cidadãos. Comumente

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

interpreta-se a presença de uma maior preferência pela prática democrática participativa em detrimento da representativa nas reflexões de Arendt. Indiscutivelmente a autora valoriza marcadamente a maior participação cidadã, contudo não concordamos que haja uma supervalorização da forma participativa, o que seria uma posição por demais ingênua por parte da autora. Percebemos uma proposta de coordenação entre democracia representativa e participativa, como forma de assegurar a construção e estabilidade de um processo que evitaria um grande distanciamento entre governante e governados. Apartamento que se desenha como fator responsável pelo desaparecimento do espaço público, passando a ser substituído pela burocracia e pelo aparato de funcionários responsáveis pela manutenção do controle do Estado, retirando o poder político participativo direto do cidadão por práticas de administração e gestão de suas vidas. Nesta condição a violência por parte do Estado pode ser empregada sempre em nome da segurança e manutenção das liberdades e direitos dos cidadãos, mesmo que estes não possam expressar se concordam ou não. Um equilíbrio maior entre ação política representativa e participativa, talvez possa preservar o espaço público, sendo que o governo continua a ser exercido e a estrutura política institucional se fortalece. Este é um tema de enorme relevância e vamos convir, extremamente atual em nosso presente: como articular o poder constituinte, gerado pelos próprios cidadãos por meio de ações e discursos com o poder constituído que precisa se cristalizar em estruturas jurídicas-políticas, essenciais para a estabilização e renovação do corpo político por meio da atividade coletiva da liberdade participativa.

Um ponto importante também a ser assinalado é a participação de cada sujeito com suas identidades singulares na presença de outros. Eles se igualam não pelo simples fato de serem declarados iguais por nascença, condição destruída por eventos políticos extremos como os regimes totalitários e mesmo em nossa atualidade onde os direitos humanos são prontamente propalados em nossas democracias liberais. Os homens se igualam na sua atuação quando aparecem uns para os outros, dialogando e agindo, buscando começar algo novo. Atuando em concerto para construção de uma liberdade política e para a expressão intensa da cidadania. Criando assim formas de oposição aos abusos das instituições que desrespeitem seus direitos e desejem coibir suas liberdades. Os homens quando agem estão dando início a uma novidade, daí a ação representar o princípio de alguma coisa que interrompe o processo ordinário da vida cotidiana. O indivíduo ao agir entre os outros revela

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

sua singularidade. Essa revelação distingue uma ação política de uma ação qualquer em busca de fins particulares.

### **A desobediência civil e o poder cidadão**

A desobediência civil é interpretada pela autora como um ato contundente de ação cívica ou de cidadania. As justificativas para sua valorização podem ser assim retratadas: a oposição da desobediência civil a estruturação de uma mera comunidade de interesses, a figura do resistente cívico que se diferencia do revolucionário, na medida em que aquele não recorre à violência e a desobediência civil como ação de minorias organizadas, se recusando a aceitar abusos contra os seus direitos ou lutando para obtê-los. A dissensão civil se manifesta quando do estabelecimento de um convencimento entre os cidadãos de que, o governo está agindo ou agirá contra os seus direitos legais e constitucionais, não havendo mais qualquer canal aberto para o debate. Deste modo, uma das principais características da desobediência civil é a capacidade do indivíduo aparecer no espaço público, fazendo valer publicamente a sua voz. Surge aqui um ponto importante referente à noção de espaço público que é a visibilidade geral sob diferentes perspectivas, a partir das quais se pode construir uma realidade, fundada em uma teia de intersubjetividade. Qualquer assunto que se torne comum a aqueles que aparecem em plural e concerto torna-se visível como assunto político público. Outro fator essencial é o consentimento dado às leis pelo corpo político. Esta noção de consentimento escapa ao da tradição, que se resume à mera aquiescência que determina a diferença entre sujeitos submissos e o domínio sobre os insubmissos. Este deve ser amparado no apoio ativo e na participação contínua em todos os assuntos de interesse público. O consentimento se liga diretamente à legitimidade da estrutura de governo, regida por leis que não podem ameaçar o poder plural dos cidadãos. Estes, por sua estrutura legal através da desobediência civil enquanto ato político. Fica clara a condição de só poder haver o consentimento, onde se garanta legalmente a possibilidade do dissenso civil, pois quem sabe que pode divergir sabe também que de certa forma está consentindo quando não diverge. Quanto à natureza da dissidência civil, sua natureza não pode ser confundida com qualquer tipo de transgressão criminosa<sup>5</sup>, pois sua ação não pode aparecer como resistência política, devido ao seu caráter de agir clandestino e violento. Com relação ao revolucionário, a autora sustenta que a prática do desobediente civil é a da não violência, enquanto o revolucionário

<sup>5</sup> Hannah Arendt. *Crises da república*, Tradução de José Volkmann. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999, p. 123.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

utiliza-se da violência como seu principal instrumento. Embora ambos se mobilizem, imbuídos pelo sentimento de mudanças, o dissidente civil aceita, enquanto o revolucionário rejeita a estrutura política e legal estabelecida. Esta segunda distinção, como a própria filósofa reconhece, não é inicialmente tão simples de ser formulada quanto aparenta ser a primeira. Afinal, o dissidente civil também pode ser reconhecido como um “revolucionário”, apesar de como aponta a autora, este tipo de interpretação legal e moral possui bases equivocadas, segundo critérios políticos. Aparentemente a preocupação presente é a ameaça de ideologização do movimento de dissenso civil que pode levar a sua prática ao campo da violência.

O ato de desobediência civil, ao contrário, se insurge como ação plural política legítima contra o crime de gabinete ou o desmando institucional, que de alguma forma ameacem a própria constituição da ação e do pluralismo e por conseqüência da condição de cidadania, tornando-se legítimo o direito à desobediência. O ato de desobediência civil é uma ação vital contra as derivas totalitárias. Esta situação só nos adverte de que a fuga para fora do espaço público e o conseqüente abandono do protesto coletivo, a apatia política, a solidão da convicção meramente pessoal e a atomização das consciências, condenando a política e a liberdade, as práticas de força e práticas de violência. Ameaçando de destruição a pluralidade e o poder coletivo dos cidadãos. Estas são situações que não se localizam ou resumem a regimes ditos totalitários e que se fazem presentes em nossas democracias atuais. O bom cidadão na perspectiva arendtiana é capaz de se desprender do interesse egoísta e se ocupar do mundo que compartilha com outros homens.

Talvez seja por esta razão que Arendt defenda o dissenso civil, quando este é válido enquanto ocorre por meio de uma associação voluntária. Obviamente seria ingenuidade por parte da filósofa não reconhecer que a violência pode ser necessária e a revolução se tornar de fato, o movimento para transformação abrupta de uma estrutura, agindo para destruí-la e substituí-la por outra, quando aquela for insuportavelmente violenta. Aliás, as revoluções são interpretadas como sendo o início de algo inédito, acontecendo em momentos de emergência política<sup>6</sup>. O objetivo evidente é a de repudiar a glorificação da violência e mais especificamente a violência revolucionária como móvel da história, vista como uma ameaça para própria política, pois a justificação da violência é interpretada e se impõe como o único

<sup>6</sup> Hannah Arendt. *Sobre a Revolução*, Tradução de Ivo Morais. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2001, p.23.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

modo para realização de uma “ação política”<sup>7</sup>. A filósofa não nega que a prática da violência na política seja um fato e podemos acrescentar que a própria desobediência civil pode dela fazer uso, causando assim a sua descaracterização como ação cidadã. O ponto principal é evitar a confusão presente e comum no pensamento político tradicional e também contemporâneo entre a violência e a ação política. Observam-se facilmente as conseqüências desastrosas que o efetivo emprego da violência como instrumento político para o espaço público pode acarretar. Obviamente Arendt reconhece a prática do instrumental da violência, utilizada pela ação revolucionária ou como resposta as ameaças contra a própria liberdade. Porém só há ação política, exercida através do discurso e este existindo na forma de ação, se estabelecendo assim uma relação de reciprocidade que a política de fato pode se legitimar e se sustentar.

Por esta razão, rejeita-se qualquer tentativa de aplicar a idéia de inclusão pela força, a partir de uma concepção absoluta e única de coesão, embasada em valores metafísicos, devendo haver total adesão a estes valores sem nenhum tipo de avaliação crítica ou debate. Esta posição não resgatar a ação política importante para construir uma base sólida de uma democracia com mais equilíbrio entre a representatividade e a participação cidadã direta, além de tornar menos falacioso o discurso atual das assim denominadas democracias liberais representativas, como se percebe nas oratórias de políticos profissionais encastelados em seus partidos e cargos públicos que receberam do povo através do pleito<sup>8</sup>. Nossa realidade demonstra que se busca a fórmula política de se respeitar às singularidades, mas utilizando-se de meios e critérios de submissão, enfraquecendo a pluralidade. Tais ações suprimem a possibilidade dos sujeitos realizarem os próprios talentos e a capacidade de escolherem os seus próprios objetivos e de construírem os seus projetos que nortearão suas existências. Estas práticas determinam-se como instrumentos fortes de legitimação da força e da dominação. Tem-se justamente o contrário do sentido contido no conceito arendtiano de pluralidade, onde a intermediação da fala (*lexis*) e da ação se opõe à força e a violência como legitimadoras da atividade política. A pluralidade abre um caminho mais democraticamente plausível para se lutar pelo reconhecimento das singularidades. Hannah Arendt possui total consciência desta realidade, todavia sua posição se pauta na premissa da grandeza da ação política residir

<sup>7</sup> Hannah Arendt. *Sobre a Revolução*, Tradução de Ivo Morais. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2001, p. 21.

<sup>8</sup> Reforça-se a importância de uma maior participação do povo no processo político democrático de forma direta, não se limitando apenas as formas representativas, predominantes em nossas democracias liberais, que se resume a identificar ação política democrática quando nos períodos dos pleitos.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

exatamente na possibilidade de destaque dos indivíduos, enquanto agentes políticos singulares.

Quando os homens estão em dissenso civil no espaço público, a ação nos parece remeter a um conteúdo ético imprescindível: eles se revelam como agentes ativos e iniciadores de uma resistência. No lugar de um mero resultado, um normalizante “o que” como estamos acostumados a avaliar nos planos de ação de governos, dominados por uma forte racionalidade tecnocrática e economicista, a ação política, através da desobediência civil, revela “um quem” que se quer revelar e assim passar a ser reconhecido enquanto ser único, mas na condição de compartilhar com outros a esfera pública que obsta e resiste a funcionalização inerente ao processo vital, tendendo a devorar as pessoas, as naturalizando, implantando o uso da violência, seja pelas armas ou pelo poderio econômico e administrativo. Significa dizer que a política possui um traço forte de resistência e busca promover a liberdade humana.

### Conclusão

Para concluir, de acordo com a reflexão de Hannah Arendt, somente a ação funda o espaço público onde são preservadas a pluralidade e a singularidade. E não são os governos e os Estados os mantenedores desta condição, mas sim os homens agindo no plural, na condição dupla de distintos e iguais que imbuídos de poder político coletivo, conservam o seu espaço de aparição pública. A política deste modo possibilita a excelência humana, suas realizações e sua manutenção. Inegavelmente existe a necessidade dos homens aspirarem pela condição de serem reconhecidos como seres de liberdade. Para atingirem esta condição é necessário que estejam protegidos e livres de qualquer constrangimento ou coação por parte de outros homens, assegurando seu direito de cidadania. O apelo que Arendt faz à autonomia da política tem por referência o modelo clássico de democracia da *polis* grega. É a partir deste referencial que a autora avalia as possibilidades e os limites da modernidade, pressupondo a recuperação da política na sua dimensão ativa e comunicativa, para constituição e manutenção da esfera pública. Não é um saudosismo ou a tentativa de apresentar o modelo político grego, como paradigma ideal a ser fielmente seguido, mesmo porque a nossa condição de política e sentido de democracia traz em si, grandes diferenças e mesmo fortes críticas à concepção e prática da democracia grega clássica. Entretanto defender uma política participativa e reconhecimento de uma cidadania mais ativa são os fatores ressaltados como extremamente

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------

positivos e que aparentemente estamos perdendo de vista. Talvez seja por este motivo que a resistência civil, se torne o exemplo da tentativa de se evitar da melhor forma possível o colapso total da esfera pública.

Não podemos deixar de observar que o conceito de esfera pública possui mais um sentido ideal do que concreto, mesmo por que o conceito de esfera pública tornou-se corriqueiro e deformado, não parece ser de fato o essencial em Hannah Arendt, até pelo motivo da concretização de uma verdadeira esfera pública não ser facilmente discernível. Tentar a distinção entre esfera pública e privada, em nosso tempo presente, não passa de uma quimera oriunda da tradição política grega e talvez tenha contaminado a pensadora de forma excessiva. O interesse maior da análise arendtiana é sem dúvida o de determinar o sentido do político como teia de relação do homem consigo mesmo e com outros. A ação plural entre os homens, legitima e determina sentido à Política. Entretanto, o reconhecimento da condição da singularidade humana do homem na ação, cada vez mais destruída com a crescente desumanização do humano através da deterioração da Política, aparentemente se torna o alvo de maior interesse por parte de Arendt.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Dignidade da Política*. Ensaios e Conferências. Tradução de Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Revolução*. Tradução de Ivo Morais. Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2002.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.1	Junho 2009	pp. 201-216
-----------------	-------------------	--------------	------------	---------------	-------------